

IV - habitação; e  
V - direito dos animais.

Parágrafo único. Incumbe ao Coordenador do CAO/AMBIENTAL, além das atribuições previstas nos arts. 9º e 10 desta Resolução:

I - coordenar o processo de planejamento ambiental interno e participar do planejamento ambiental estadual como representante do Ministério Público, com o auxílio da Assessoria de Planejamento da Procuradoria-Geral de Justiça; II - coordenar o programa de formação, capacitação e treinamento de recursos humanos na área ambiental ou afim, respeitadas as atribuições do CEAR, disciplinadas na Resolução nº 002/2011-CPJ, de 2011; III - organizar e viabilizar o acesso a banco de dados em matéria ambiental ou afim, com o auxílio do Departamento de Informática do Ministério Público; IV - coordenar grupos de estudo e de trabalho para análise e sugestão de solução de problemas ambientais ou afins; V - participar da discussão e do acompanhamento de projetos de lei relacionados ao exercício das atribuições ministeriais nas matérias pertinentes a este Centro; VI - organizar atividades de divulgação ou debate público sobre problemas e assuntos de relevância para a defesa das matérias pertinentes a este Centro; VII - gerenciar internamente os projetos e atividades realizados pelo Ministério Público em parceria com outras instituições, nas matérias de atribuição deste Centro; e VIII - realizar outras atividades relacionadas ao aprimoramento nas matérias de meio ambiente, patrimônio histórico e cultural, urbanismo, habitação e direitos dos animais, prestando o apoio aos órgãos de execução do Ministério Público.

Art. 20. São atribuições do CAOTEC:

I - coordenar o Grupo de Apoio Técnico Interdisciplinar, formado por profissionais especializados em diversas áreas do conhecimento técnico-científico, visando a prestação de auxílio técnico especializado aos membros, aos CAOs e aos demais órgãos do Ministério Público, de forma a complementar os serviços disponibilizados pelos órgãos públicos competentes, cabendo ao referido grupo as atribuições que lhe forem conferidas mediante PORTARIA específica emitida pelo Procurador-Geral de Justiça; II - fomentar e auxiliar na implementação, nos órgãos de execução, de métodos de gestão de processos e métodos de trabalho, respeitada a independência funcional dos membros; III - fomentar a autocomposição, como a negociação, a mediação, a conciliação, o processo restaurativo e as convenções processuais que possam ser utilizadas nas diversas áreas de atuação do Ministério Público, como técnicas ou metodologias autocompositivas que evitem a judicialização; e IV - desempenhar outras atividades compatíveis com suas funções.

1º Compete à coordenação do CAOTEC:

I - estabelecer diretrizes gerais e metas estratégicas de atuação; II - auxiliar os membros do Ministério Público na formulação de quesitos referentes a ações judiciais e atividades extrajudiciais; III - supervisionar as atividades dos técnicos componentes do Centro e das equipes técnicas interdisciplinares; IV - monitorar as solicitações conforme os critérios de distribuição e de divisão dos trabalhos definidos em PORTARIA específica; V - criar equipes técnicas especializadas; VI - incentivar e deliberar sobre a formalização de convênios e termos de cooperação técnica com entidades governamentais e não governamentais, sobretudo no que diz respeito à obtenção de laudos periciais, estudos e pareceres nas diversas áreas destinadas a instruir procedimentos e processos, para melhor desenvolvimento da análise do Grupo de Apoio Técnico Interdisciplinar; VII - expedir ordens de serviço sobre procedimentos, orientações e determinações internas do Grupo de Apoio Técnico Interdisciplinar, notadamente os processos de trabalho, os requisitos de admissibilidade, as regras de tramitação e a forma de atendimento das solicitações de apoio técnico, inclusive sobre a classificação destas como urgentes ou prioritárias; VIII - intermediar a relação entre os servidores do Grupo de Apoio Técnico Interdisciplinar e os órgãos de execução quando de eventuais divergências; IX - deliberar, em caráter terminativo, sobre o atendimento das solicitações de apoio técnico encaminhadas ao Grupo de Apoio Técnico Interdisciplinar, bem como a classificação destas como urgentes ou prioritárias; X - criar e conduzir grupo de trabalho sobre temas pertinentes à atuação do Centro; e XI - coordenar a gestão da informação e do conhecimento no Grupo de Apoio Técnico Interdisciplinar.

2º Constituem atribuições afetas ao NUPEIA, as descritas na Resolução nº 003/2018-CPJ, de 1 de março de 2018, em especial:

I - propor à Administração Superior, aos órgãos de administração e de execução e aos órgãos auxiliares do MPPA ações concretas voltadas ao cumprimento da Política Nacional de Incentivo à Autocomposição no âmbito do MPPA; II - atuar na interlocução com outros Ministérios Públicos e com outros órgãos, instituições, entidades privadas, parceiros institucionais e sociedade civil, para atender aos fins do Núcleo; III - propor à Administração Superior do MPPA a realização de convênios e parcerias para atender aos fins do Núcleo; IV - estimular programas e projetos de negociação e mediação comunitária, escolar e sanitária, entre outras; V - apresentar ao CEAR propostas de capacitação, treinamento e atualização permanente de membros e servidores da Instituição, em mecanismos de autocomposição, assim consideradas a negociação, a mediação, a conciliação, as práticas restaurativas e as convenções processuais, principalmente no que diz respeito ao exercício da atividade de facilitador nos processos de resolução de conflitos e das atividades de apoio; VI - avaliar os casos encaminhados ao Núcleo acerca da viabilidade, conveniência e oportunidade da utilização das práticas autocompositivas; e VII - promover e acompanhar junto aos membros do Ministério Público com atribuição na matéria o processo de aplicação das técnicas autocompositivas.

Seção II

Dos Órgãos e Serviços Auxiliares e de Apoio Técnico dos Centros de Apoio Operacional

Art. 21. Os CAOs e seus respectivos Núcleos terão órgãos e serviços auxi-

liares de apoio administrativo e técnico, de acordo com as diversas áreas de atuação, que se fizerem necessárias ao atendimento das demandas.

Art. 22. As designações de servidores e estagiários para atuarem junto aos CAOs e seus respectivos Núcleos serão feitas por ato do Procurador-Geral de Justiça ou, por delegação deste, por ato do Subprocurador-Geral de Justiça para área técnico-administrativa.

Art. 23. Os CAOs e seus Núcleos poderão sugerir ao Procurador-Geral de Justiça a criação, por ato próprio, de grupos de trabalho (GT), com finalidade, objeto e prazo específicos, sendo possível a prorrogação do prazo, para funcionamento de forma vinculada e sob a orientação do(s) Coordenador(es) e que esteja(m) vinculado(s), sem prejuízo do(s) já existente(s) e em plena execução.

1º No ato de criação serão previstos os objetivos, a estrutura e as regras gerais para funcionamento dos grupos de trabalho.

2º Os membros dos grupos de trabalho serão designados pelo Procurador-Geral de Justiça, por sugestão do Coordenador do respectivo CAO.

#### CAPÍTULO VI DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 24. Incumbe ao Procurador-Geral de Justiça, observada a disponibilidade orçamentária e financeira do Ministério Público, providenciar a disponibilização de espaço físico, material e equipamentos necessários para o funcionamento dos CAOs, seus respectivos Núcleos e de novos grupos de trabalho.

Parágrafo único. A criação e a instalação dos Núcleos e de novos grupos de trabalho fica condicionada à disponibilidade de espaço físico, recursos humanos e materiais necessários ao seu regular funcionamento.

Art. 25. Os conflitos de atribuições entre os CAOs serão resolvidos pelo Procurador-Geral de Justiça.

Art. 26. Fica revogada a Resolução nº 002/2012-CPJ, de 9 de fevereiro de 2012; a Resolução nº 007/2012, de 24 de maio de 2012; a Resolução nº 004/2016-CPJ, de 30 de junho de 2016; e a Resolução nº 011/2017, de 6 de novembro de 2017.

Art. 27. Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

SALA DE SESSÕES DO COLÉGIO DE PROCURADORES DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ, em 5 de agosto de 2021.

CESAR BECHARA NADER MATTAR JUNIOR

Procurador-Geral de Justiça

MANOEL SANTINO NASCIMENTO JUNIOR

Procurador de Justiça

RAIMUNDO DE MENDONÇA RIBEIRO ALVES

Corregedor-Geral do Ministério Público

CLÁUDIO BEZERRA DE MELO

Procurador de Justiça

UBIRAGILDA SILVA PIMENTEL

Procuradora de Justiça

LUIZ CESAR TAVARES BIBAS

Procurador de Justiça

GERALDO DE MENDONÇA ROCHA

Procurador de Justiça

FRANCISCO BARBOSA DE OLIVEIRA

Procurador de Justiça

DULCELINDA LOBATO PANTOJA

Procurador de Justiça

MARCOS ANTÔNIO FERREIRA DAS NEVES

Procurador de Justiça

ADÉLIO MENDES DOS SANTOS

Procurador de Justiça

MARIZA MACHADO DA SILVA LIMA

Procuradora de Justiça

RICARDO ALBUQUERQUE DA SILVA

Procurador de Justiça

ANA TEREZA DO SOCORRO DA SILVA ABUCATER

Procuradora de Justiça

MARIO NONATO FALANGOLA

Procurador de Justiça

MARIA DA CONCEIÇÃO GOMES DE SOUZA

Procuradora de Justiça

MARIA DA CONCEIÇÃO DE MATTOS SOUSA

Procuradora de Justiça

LEILA MARIA MARQUES DE MORAES

Procuradora de Justiça

TEREZA CRISTINA BARATA BATISTA DE LIMA

Procuradora de Justiça

JORGE DE MENDONÇA ROCHA

Procurador de Justiça

HEZEDEQUIAS MESQUITA DA COSTA

Procurador de Justiça

MARIA CÉLIA FILOCREÃO GONÇALVES

Procuradora de Justiça

CÂNDIDA DE JESUS RIBEIRO DO NASCIMENTO

Procuradora de Justiça

MARIA DO SOCORRO MARTINS CARVALHO MENDO

Procuradora de Justiça

ROSA MARIA RODRIGUES CARVALHO

Procuradora de Justiça

HAMILTON NOGUEIRA SALAME

Procurador de Justiça

WALDIR MACIEIRA DA COSTA FILHO

Procurador de Justiça